

Apresentação

Ângelo Ricardo de Souza

Iniciamos o quarto ano de publicação do *Jornal de Políticas Educacionais* com o resultado da primeira avaliação pela qual o periódico passou. Na publicação da avaliação Qualis-CAPES sobre periódicos, o JPE foi avaliado como B4 na área de educação. É um começo compatível com os nossos princípios de divulgar os resultados de pesquisa no campo das políticas educacionais, com uma publicação periodizada e atual e que seja percebida pela comunidade acadêmica como um espaço no qual os pesquisadores mais experientes e os iniciantes podem acessar para divulgar seus achados de pesquisa. Porém, a melhoria dessa avaliação, sabidamente, ampliará ainda mais o interesse pelo periódico e uma das ações para tanto é ampliar a internacionalização da revista.

Aliás, todo o campo de pesquisa em políticas educacionais no Brasil precisa internacionalizar-se, buscando ampliar os contatos com pesquisadores e redes de pesquisa de outros países, na busca de conhecer/aprofundar metodologias de pesquisa e mesmo de socializar/divulgar o que temos produzido em nosso país. Nesse sentido, o JPE já publicou artigos de pesquisadores estrangeiros em edição anterior¹, mas também deve focalizar em manter esse perfil nas próximas edições. Em vista disso, nesta edição temos um primeiro artigo de autoria de Guy Burton. Trata-se de um trabalho escrito originalmente em inglês. O comitê editorial ficou em dúvida se deveria traduzi-lo ou não para o português, mas concluiu que o incentivo à leitura em língua inglesa compensaria um, talvez, acesso menor inicialmente a este artigo.

É preciso que os nossos pesquisadores, especialmente os em formação (de mestrado e doutorado), esforcem-se para construir as

condições de leitura em outras línguas. A literatura em políticas educacionais é vastíssima em inglês e francês, só para ficar em dois exemplos mais evidentes. Assim, se desejamos, enquanto comunidade científica, ampliar as relações de pesquisa e aprender e ensinar mais e melhor, não podemos nos limitar à literatura em língua portuguesa.

Convido-os, assim, ao esforço de ler mais devagar, com a ajuda de um dicionário, se for o caso, o artigo intitulado *Brazil's 'lost decade' in education, 1985-1994: how to account for the lack of reform in the new republic?*, escrito por Guy Burton, pesquisador associado da Escola de Economia de Londres, Inglaterra e do Centro para Estudos do Desenvolvimento na Birzeit University, Palestina. O artigo focaliza o sistema educacional brasileiro no período compreendido entre 1985 e 1994, buscando compreender as razões que levaram ao “atraso” da implantação das reformas educacionais, uma vez que o país passou por reformas gerais apenas dez anos depois de ter retornado à democracia. A este período o autor denomina de “década perdida” em termos educacionais. A herança educacional deixada pelo regime militar, especialmente a partir dos compromissos assumidos que não foram alcançados, da falta de controle sobre as despesas educacionais e da relativa ausência de controle sobre o setor privado; a pouca estabilidade política do primeiro governo da Nova República; e o desenvolvimento da educação como um espaço cada vez mais politizado de contestação entre Esquerda e Direita, compõe o quadro que ajudam a explicar aquele descompasso entre mudanças políticas gerais no país e ausência de mudanças mais substanciais na educação. Por fim, o autor levanta dúvidas se aquele ciclo de instabilidade política e de contestação na educação teria mesmo chegado ao término com o início do governo Lula em 2003.

1 Vide Volume 2, Número 3, artigos de **Fernanda Saforcada** e de **Sebastián Donoso Díaz**.

O artigo seguinte desta edição do JPE é de autoria de um grupo coordenado pelo professor Juca Gil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado Gestão das políticas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais em municípios paulistas. Neste trabalho, o grupo de pesquisadores analisa a gestão das políticas de educação especial, apresentando aspectos teóricos das temáticas relacionadas à gestão de políticas públicas, ao financiamento da educação e à própria educação especial que possibilitam uma aproximação da realidade encontrada em municípios do entorno da capital paulista. O texto também destaca alguns resultados de pesquisa realizada sobre o tema e finaliza mostrando originalidade na pesquisa no campo ao abordar o objeto tomando os arranjos institucionais públicos municipais da educação especial, focalizando gestão e financiamento.

Na sequência, temos outro artigo sobre educação especial, de autoria de Neli Klix Freitas, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, denominado *Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas Educacionais*. O artigo discute os caminhos das Políticas Públicas Inclusivas, abordando questões de natureza teórica e conceitual sobre a educação especial e a inclusão. A autora analisa o direito ao ensino regular e como tem sido possibilitado o desenvolvimento de funções cognitivas e sociais às crianças com necessidades educacionais especiais, de sorte a resultar em experiências significativas de aprendizagens. Segundo a autora, tais aprendizagens envolvem os professores e os alunos com necessidades educacionais especiais, diretamente relacionados nesse processo educativo. Finalmente, o trabalho da autora catarinense busca ainda problematizar diferentes pontos de vista sobre as políticas públicas para a inclusão, sugerindo a necessidade de revisão de paradigmas em educação e na vida em sociedade.

O próximo artigo deste número trata do financiamento da educação superior. O trabalho se intitula *Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): visão*

dos estudantes, e foi produzido por Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de Oliveira e Beatrice Laura Carnielli, pesquisadoras da Universidade Católica de Brasília – UCB. O texto expõe uma análise sobre o funcionamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), mas se centra na percepção que os dirigentes das Instituições de Ensino Superior IES privadas e os alunos contratantes do sistema de financiamento têm sobre o próprio programa, bem como sobre sua potencial contribuição para a expansão da educação superior. A pesquisa feita pelas autoras foi desenvolvida com grupo focal em instituições privadas. As autoras perceberam que de maneira consensual, há uma percepção de que o FIES contribui de forma relevante para a expansão do acesso, da permanência e da conclusão na educação superior. As autoras mostram que, na perspectiva dos alunos inseridos no sistema, sem o empréstimo concedido com os recursos do Fundo, eles próprios teriam tido muitas dificuldades para concluir o curso superior. Todavia, o artigo mostra também as dificuldades do sistema de financiamento, pois muitas foram as críticas à forma de divulgação das informações do programa e sobre as normas que regem a concessão e o pagamento do empréstimo.

O artigo *Perspectivas na consolidação do sistema de ensino brasileiro: o desenho da democratização proposto nas leis de diretrizes e bases – Leis 4.024/61 e 9.394/96*, de autoria coletiva de Oséias Santos de Oliveira, Clarice Zientarski e Sueli Menezes Pereira, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e de Neila Pedrotti Drabach, do Instituto Federal do Paraná – IFPR, trata das políticas educacionais no Brasil, tomando por objeto as interferências no percurso de tramitação e implementação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1961 e de 1996 (leis 4.024/61 e 9.394/96), focalizando em particular a perspectiva descentralizadora e os embates entre aquilo que os autores denominam de projetos democráticos e neoliberais no entorno da elaboração da Constituição Federal de

1988. O artigo, para tanto, faz uma revisão histórica acerca do surgimento das legislações educacionais, tomando a legislação educacional de 1930 até os dias atuais, bem como dos condicionantes políticos e econômicos no processo de redemocratização da educação brasileira. O trabalho conclui mostrando que enquanto a sociedade brasileira se liberta das amarras antidemocráticas próprias dos regimes de exceção como a ditadura militar aqui vivida, *pari passu*, sofre sob os interesses do capitalismo, que determina de maneira contundente as normativas educacionais, expostas na necessidade de implementação dos Sistemas de Ensino e ao mesmo tempo na ênfase às políticas de descentralização.

A visão androcêntrica do mundo: elemento facilitador para o acesso dos homens às funções da gestão escolar é o título do último artigo desta edição do JPE. O artigo, de autoria de Vanisse Simone Alves Corrêa, pesquisadora que defendeu seu mestrado aqui na linha de pesquisa em Políticas e Gestão da Educação, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, toma por objeto de estudo a desigualdade de gênero evidenciada na vantagem que os homens possuem quando competem com mulheres no acesso às funções da gestão escolar. A

autora mostra que a visão centrada no homem predominante no mundo, leva os/as docentes a preferirem homens nas funções superiores da gestão escolar, mesmo quando estes são mais jovens, menos experientes e menos qualificados academicamente do que as mulheres. O artigo utiliza bases de dados distintas e muito ricas, como os questionários (medidas de contexto) do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2007, aplicados aos diretores/as e, de outro lado, informações sobre o processo eleitoral para direção das escolas públicas municipais de Curitiba, coletadas junto à administração do sistema de ensino. As análises desenvolvidas pela autora, que contam com o apoio teórico de Bourdieu e Scott, dentre outros, mostram que a visão masculina de mundo é elemento facilitador para a entrada de homens na gestão escolar, configurando uma situação de vantagem para eles, mesmo no campo da Educação, no qual o número de homens é significativamente inferior ao de mulheres.

É um conjunto diverso e rico de objetos e abordagens sobre as políticas educacionais, que sintetiza, em boa medida, o espírito e o propósito, como dito, deste periódico.

Boa leitura!

Junho de 2010.